



PODER

# Deputados desafiam STF e blindam Eduardo

Conselho de Ética da Câmara arquiva processo que acusava o parlamentar de quebra de decoro por incitar sanções dos EUA ao Brasil

» VANILSON OLIVEIRA

A Comissão de Ética da Câmara arquivou, ontem, o processo contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que respondia por quebra de decoro parlamentar. A decisão foi tomada por 11 votos a favor do arquivamento e sete contrários, encerrando uma investigação que mobilizava a Casa desde a abertura do processo, em setembro. O PT, autor da representação, anunciou que recorrerá da decisão ao plenário da Casa.

No pedido arquivado, o partido acusava Eduardo de usar o mandato para atuar nos Estados Unidos por sanções econômicas contra o Brasil, caso do tarifaço imposto a produtos brasileiros — ao anunciar a sobretaxa, o presidente norte-americano, Donald Trump, apontou como um dos motivos o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por causa dessa tentativa de interferência na ação da trama golpista, Eduardo está respondendo a processo no Supremo Tribunal Federal (**leia reportagem ao lado**).

Também conforme o PT, o deputado tem buscado represálias contra autoridades, que tiveram vistos para os EUA cancelados, como integrantes do governo Lula, ou foram enquadrados na Lei Magnitsky, a exemplo do que aconteceu com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, e da mulher dele. A lei prevê sanções contra estrangeiros que cometam violações de direitos humanos ou se envolveram em corrupção.

O relator do processo na Câmara, **Delegado Marcelo Freitas** (União-MG), defendeu, no entanto, que o comportamento de Eduardo está protegido pela imunidade parlamentar. “Este Conselho de Ética não pode ser censor de palavras ditas no Brasil ou no exterior. Entendemos que o caso está acobertado pela imunidade parlamentar”, sustentou.

Eduardo foi convidado a participar da reunião por meio remoto, mas não quis. O presidente do colegiado, Fábio Schiochet (União Brasil-AP), confirmou que o deputado “teria direito à palavra”, porém preferiu não se manifestar.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse que ainda ontem iria protocolar na Mesa Diretora o recurso contra a “decisão absurda do Conselho de Ética”. “Já iniciamos o recolhimento das assinaturas necessárias. É uma vergonha o que aconteceu. Eduardo continua nos EUA conspirando contra o Brasil e cometendo crime de traição nacional”, destacou. “É um absurdo Eduardo Bolsonaro não ter sido casado e ainda ter equipe de assessores paga com dinheiro público para seguir traindo os interesses nacionais direto dos EUA”, emendou.

O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) apresentou voto em separado pela cassação do mandato. “Respeito o trabalho do relator,

Reprodução: Instagram



De acordo com o relator, o comportamento do deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos está protegido pela imunidade parlamentar

Instagram pessoal



Eduardo tem festejado sanções a autoridades e postado imagens com apoiadores e integrantes da gestão Trump, como o secretário Scott Bessent (2ª foto)

## Aliado de Bolsonaro

O deputado Marcelo Freitas foi vice-líder do governo de Jair Bolsonaro. Recentemente, o deputado votou a favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Blindagem; da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro; da sustação da ação penal do colega parlamentar Alexandre Ramagem (PL-RJ), agora condenado por fazer parte do plano que tentou um golpe de Estado no país; e contra a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser o mandante da ex-vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco.

mas dizer que não há nada a apurar é inaceitável. Se mantivermos o arquivamento, estaremos dizendo que não há mais ética e decoro no Parlamento brasileiro”, declarou.

Ele ressaltou que o Conselho de Ética “caminha, mais uma vez, para um resultado que representa tudo, menos ética”. “Eduardo Bolsonaro desrespeitou mais do que um artigo do Código de Ética Parlamentar. Ele desrespeita todo o Congresso e toda a população”, frisou.

Parlamentares bolsonaristas elogiaram o relatório e afirmaram que o caso tem caráter político. O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), comemorou a decisão dizendo que “tentaram cassar um mandato legítimo com base em narrativas, mas o Parlamento reagiu. Hoje, venceu o bom senso, venceu a democracia e venceu o direito de um parlamentar representar milhões de brasileiros

sem medo de perseguição política”.

A ausência de Eduardo tem sido alvo de críticas desde o início de março, quando ele pediu licença e passou a morar no exterior, onde, desde então, vem atacando as instituições brasileiras, como o STF, e ameaçando os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Em entrevistas à imprensa internacional, o deputado sugeriu aplicação de sanções americanas a ministros do Supremo.

Além das faltas e das declarações no exterior, a representação do PT apontava o uso reiterado do mandato para “desacreditar o sistema democrático brasileiro” e colocar o país em situação de constrangimento internacional. O PT alegou que a imunidade parlamentar “não é um salvo-conduto para a prática de atos

atentatórios à ordem institucional”.

Durante o processo, surgiram dúvidas sobre a imparcialidade do relator. Em 2019, Marcelo Freitas publicou um vídeo em suas redes sociais ao lado de Eduardo, no qual os dois trocam um aperto de mãos. A imagem alimentou questionamentos sobre uma possível proximidade política entre ambos. Em setembro, o **Correio** conversou com o relator, que negou qualquer relação pessoal com o investigado. Naquela ocasião, ele afirmou: “Pretendo executar essa missão, de conduzir esse processo disciplinar, com absoluta imparcialidade e isenção. Eventuais alegações de amizade ou inimizade não têm o condão de interferir em qualquer esfera de suspensão ou parcialidade”, afirmou. O **Correio** tentou contato com Freitas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

## Intimação por edital contestada

A Defensoria Pública da União (DPU) pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que notifique por carta rogatória o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) sobre a denúncia por “coação” no processo da trama golpista.

“No entender da DPU, no presente caso, é indevida a notificação da imputação penal por edital, uma vez que é do conhecimento do Poder Judiciário o fato de que o denunciado se encontra em país estrangeiro”, diz a manifestação encaminhada ao ministro.

Eduardo está há sete meses nos Estados Unidos. Em um primeiro momento, o ministro determinou a intimação padrão do deputado, em seus endereços no Brasil. O oficial de Justiça não conseguiu entregar o documento. Por isso, Moraes autorizou a notificação por edital, a partir da publicação da intimação no Diário Oficial e em jornais de grande circulação.

A notificação por carta rogatória depende da cooperação de autoridades americanas, o que torna o processo mais demorado.

A Defensora Pública assumiu a defesa do deputado porque ele não constituiu advogado no prazo. Em manifestação enviada na quarta-feira ao STF, o defensor público Antonio Ezequiel Inácio Barbosa afirma que a atuação do órgão é “indevida e prematura” porque Eduardo não tomou conhecimento formal do processo “pe-lo meio legalmente determinado”.

“Evidentemente, se depois de validamente cientificado e alertado da possibilidade de remessa dos autos à Defensoria Pública, o denunciado permanecer inerte, sua defesa técnica será realizada pela DPU, pois, nessa hipótese, será possível presumir a anuência com a atuação desta instituição”, afirma o defensor público.

O deputado usou as redes sociais para criticar a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR). A DPU afirma que “eventual ciência informal da existência da denúncia não supre a exigência de cientificação oficial e válida prevista em lei”.

Quando determinou a notificação do deputado por edital, Moraes afirmou que ele “está criando dificuldades para ser notificado” e destacou uma nota publicada por Eduardo no X a respeito da denúncia.

A PGR denunciou Eduardo e o blogueiro Paulo Figueiredo pela articulação nos Estados Unidos de sanções contra o STF. Segundo o PGR, Paulo Gonet, a campanha teve como objetivo pressionar os ministros a não condenarem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

# Zambelli fica mais próxima da extradição

O Ministério Público da Itália emitiu, ontem, parecer favorável à extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A parlamentar está presa em Roma, por decisão da Corte de Apelação, que apontou risco de fuga.

O parecer do Ministério Público é mais um passo no processo de extradição, que ainda depende

de decisão final do governo italiano. Zambelli deixou o Brasil antes que sua condenação fosse definitiva e acabou presa em Roma, em julho, após ser incluída na lista vermelha da Interpol.

Desde então, a parlamentar passou a ser alvo de um processo de extradição movido pelo governo brasileiro em cooperação com autoridades italianas.

A deputada foi condenada

duas vezes pelo STF. Na primeira ação, foi condenada a 10 anos de prisão por invasão de sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto, que afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema, entre eles, um mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Foi após essa sentença que a parlamentar deixou o país e acabou presa na Itália, em ação conjunta entre a Polícia Federal e autoridades italianas.

Na segunda condenação, o STF impôs pena de cinco anos e três meses, em regime inicial semiberto, pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, com perda do mandato após o trânsito em julgado.

A Advocacia-Geral da União (AGU) acompanha o processo de extradição em nome do governo brasileiro, com o objetivo de assegurar o cumprimento das decisões do Supremo e o retorno da parlamentar para o início do cumprimento da pena.

O órgão também mantém interlocução direta com o Ministério das Relações Exteriores e com as autoridades italianas

responsáveis pelo caso.

Zambelli deixou o Brasil em maio pela fronteira com a Argentina, sem passar por controle migratório. De Buenos Aires, viajou para a Flórida e, no início de junho, seguiu para a Itália, onde acreditava estar protegida por sua cidadania italiana. No entanto, no mesmo dia em que chegou ao país, seu nome foi incluído na lista de difusão da Interpol.